

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE ODONTOLOGIA
GRADUAÇÃO EM ODONTOLOGIA**

Bruna Marques Santana

**Conhecimento e atitudes de estudantes de Odontologia sobre o abuso infantil:
um estudo de revisão**

Juiz de Fora
2023

BRUNA MARQUES SANTANA

**Conhecimento e atitudes de estudantes de Odontologia sobre o abuso infantil:
um estudo de revisão**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de Odontologia
da Universidade Federal de Juiz de Fora,
como requisito parcial à obtenção do título
de Cirurgiã-Dentista.

Orientadora: Profa. Dra. Rosangela Almeida Ribeiro

Juiz de Fora
2023

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Marques Santana, Bruna.

Conhecimento e atitudes de estudantes de Odontologia sobre o abuso infantil: um estudo de revisão / Bruna Marques Santana. -- 2023.

43 p.

Orientadora: Rosangela Almeida Ribeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Odontologia, 2023.

1. Maus-tratos Infantis. 2. Criança. 3. Estudantes de Odontologia. I. Almeida Ribeiro, Rosangela, orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
REITORIA - FACODONTO - Coordenação do Curso de Odontologia

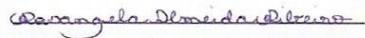
Bruna Marques Santana

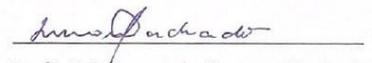
**Conhecimento e atitudes de estudantes de Odontologia sobre o abuso infantil:
um estudo de revisão.**

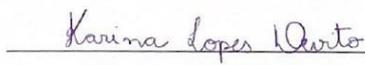
Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Odontologia da
Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título
de Cirurgião-Dentista.

Aprovada em 31 de julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA


Prof^ª. Dr^ª Rosângela Almeida Ribeiro
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof^ª. Dr^ª. Fernanda Campos Machado
Universidade Federal de Juiz de Fora


Prof^ª. Dr^ª. Karina Lopes Devito
Universidade Federal de Juiz de Fora

Dedico este trabalho aos meus pais, **Juscineia** e **Ronivaldo**, à minha irmã, **Julia**, e à **toda minha família** pelo suporte, confiança e amor incondicional, a vocês minha gratidão e dívida eterna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** e à **Nossa Senhora**, por me sustentar, proteger, capacitar, iluminar meu caminho e responder às minhas orações.

Aos meus primeiros mestres da vida e amigos eternos, meus pais: **Juscineia** e **Ronivaldo**, é com enorme devoção que agradeço a vocês, pelo amor incondicional, por acreditarem nos meus sonhos, pela luta e suor derramados para me proporcionarem a oportunidade de chegar a este momento, com a perspectiva de crescer cada vez mais.

À minha irmã, **Julia**, pelo apoio, paciência, amor e companheirismo. À tia **Léya**, minha segunda mãe, confidente e amiga, que sempre me apoiou, amparou e guiou pela vida.

Às minhas **avós, avô, tios, tias e primos**, minha gratidão por desejarem o meu melhor e por sempre estarem ao meu lado é infinita. O amor que sempre me deram é o amor que pretendo dar a cada pessoa que cruzar o meu caminho, obrigada por me inspirarem e por me fazerem ver o melhor em cada lugar que eu passo. Minha vida é melhor e mais bonita sabendo que tenho vocês ao meu lado.

Agradeço aos irmãos, **lindos presentes da faculdade**, que estiveram sempre ao meu lado, enxugando minhas lágrimas e me proporcionando as melhores risadas.

Aos **professores e profissionais da FO-UFJF**, faculdade que me abrigou e abrilhantou esta trajetória, obrigada por serem sinônimos de morada, admiração e afeto.

Aos **pacientes**, agradeço por serem compreensivos e por terem sido peças fundamentais sobre a arte do viver, despertando-me a busca e a vontade de aprender cada vez mais, com o intuito de crescer profissionalmente, e principalmente, como ser humano. Muito obrigada, de todo o meu coração e, em especial, aos meus **pacientes infantis**.

À minha professora orientadora e amiga, **Rosangela**, muito obrigada por ser essencial na minha formação e me inserir na área acadêmica, onde sou extremamente feliz. Obrigada também por me amparar e utilizar de tamanho esforço, dedicação e amor para contribuir no meu crescimento.

Aos **amigos do Colégio Militar** que me acolheram com tanto amor, agradeço pela gentileza e por tornarem essa caminhada mais leve e iluminada.

“A jornada de mil quilômetros começa com o primeiro passo.”

O Rei Leão.

RESUMO

O abuso infantil é considerado um problema de saúde pública global, uma vez que fere os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através de violência física, sexual, emocional, cognitiva e/ou psicológica e negligência. Em virtude do alto índice de lesões bucomaxilofaciais em casos de abuso físico, reconhece-se a importância da educação e do treinamento de estudantes de Odontologia e Cirurgiões-Dentistas para a identificação e notificação de casos que constituem o abuso infantil. Dessa forma, este estudo objetivou revisar a literatura acerca do conhecimento e das atitudes de estudantes de Odontologia sobre os maus-tratos contra crianças e adolescentes. Para isso, foram revisados artigos indexados nas bases de dados *PubMed*, *Lilacs*, *SciELO* e *Google Acadêmico* entre os anos de 1998 e 2023, respeitando os critérios de exclusão estabelecidos. Frente aos estudos revisados na literatura, pôde-se observar que o conhecimento de estudantes de Odontologia sobre o abuso contra crianças e adolescentes ainda é limitado e inadequado. Em relação às atitudes, os estudantes de graduação acreditam que faz parte do dever do Cirurgião-Dentista detectar e notificar os casos de abuso infantil durante a prática clínica, porém ainda há sobre como e onde reportar os casos identificados. Observou-se também que há necessidade de expansão dos conhecimentos dos estudantes de Odontologia, por meio de iniciativas inovadoras de treinamento que propiciem maior conhecimento sobre o assunto, a fim de garantir atitudes adequadas frente aos casos suspeitos ou concretos de maus-tratos infantis para que os futuros profissionais desempenhem seu papel responsável na proteção de crianças e adolescentes.

Palavras-chave: Maus-tratos Infantis. Criança. Estudantes de Odontologia.

ABSTRACT

Child abuse is considered a global public health problem, as it violates the fundamental rights of children and adolescents through physical, sexual, emotional, cognitive and/or psychological violence and neglect. Due to the high rate of oral and maxillofacial injuries in cases of physical abuse, the importance of education and training of dental students and dentists is recognized for the identification and notification of cases that constitute child abuse. Thus, this study aimed to review the literature about the knowledge and attitudes of dental students about maltreatment against children and adolescents. For this, articles indexed in the PubMed, Lilacs, SciELO and Scholar Google databases between the years 1998 and 2023 were reviewed, respecting the established exclusion criteria. In view of the studies reviewed in the literature, it was observed that the knowledge of dental students about child abuse is still limited and inadequate. Regarding attitudes, undergraduate students believe that it is part of the dentist's duty to detect and report cases of child abuse during clinical practice, but there is still a question about how and where to report the identified cases. It was also observed that there is a need to expand the knowledge of dental students, through innovative training initiatives that provide greater knowledge on the subject, in order to guarantee appropriate attitudes in the face of suspected or concrete cases of child abuse so that future professionals can play their responsible role in protecting children and adolescents.

KEYWORDS: Child Abuse. Child. Students. Dental.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVS	Biblioteca Virtual em Saúde
DeCS	Descritores em Ciências da Saúde
DNT	Doenças Não Transmissíveis
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
HIV	Vírus da Imunodeficiência Humana
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
PR	Paraná
PubMed	US National Library of Medicine National Institutes of Health
RS	Rio Grande do Sul
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SUS	Sistema Único de Saúde
WHO	World Health Organization

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 PROPOSIÇÃO	15
3 REVISÃO DE LITERATURA	16
4 DISCUSSÃO	31
5 CONCLUSÃO	39
REFERÊNCIAS	40

1 INTRODUÇÃO

O abuso infantil é considerado um problema de saúde pública global, uma vez que fere os direitos fundamentais de crianças e adolescentes, através de violências físicas, sexuais, emocionais, cognitivas e/ou psicológicas (DUMAN et al., 2021; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; SULIMANY et al., 2021; VALENTE et al., 2015). Em 2020, dados obtidos pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos apontaram que houve 95,2 mil denúncias ao Disque 100 referentes ao abuso de crianças e adolescentes, gerando 368.333 violações que abrangem violência física, psicológica, abuso e exploração sexual (BRASIL, 2021). É vasto o impacto que o abuso infantil pode ter na vida do indivíduo, dado que este pode implicar em potenciais danos de cunho psicológico e/ou físico, prejuízo ao desenvolvimento, confiança, dignidade, autoestima e até mesmo a sobrevivência da vítima, podendo propiciar efeitos biopsicossociais em curto e em longo prazo (DUMAN et al., 2021; SULIMANY et al., 2021).

No caso de injúrias físicas, de 50% a 70% dos casos denunciados correspondem a lesões orofaciais e cranianas (AL-JUNDI; ZAWAIDEH; AL-RAWI, 2010; DUMAN et al., 2021; HASHIM e AL-ANI, 2013; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JORDAN et al., 2012). Acredita-se que a cavidade bucal seja um foco de abuso físico devido à sua importância na comunicação e nutrição (THOMPSON et al., 2013). Embora esta cavidade seja o local mais frequente de abuso sexual, feridas ou infecções visíveis são incomuns (FISHER-OWENS, LUKEFAHR e TATE, 2017). Quanto à negligência infantil, esta é caracterizada pelos pais e/ou responsáveis legais da criança ofertarem tratamento negligente proporcionando uma situação desconfortável e inviável, sendo este tipo de abuso identificado por alimentação inadequada, falta de acesso a roupas, abrigo ou cuidados médicos (IVANOFF e HOTTEL, 2013; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006).

Entre as lesões de interesse odontológico citadas na literatura, incluem-se: contusões; queimaduras; e lacerações envolvendo a língua, lábios, mucosa, palato mole e duro, gengivas e frênulos labial e lingual; dentes fraturados, deslocados ou avulsionados; e fraturas do osso facial/maxilar (DUMAN et al., 2021). Devido ao alto índice de lesões bucomaxilofaciais, Cirurgiões-Dentistas são de extrema importância

para a identificação e notificação de casos que constituem o abuso infantil (AL-JUNDI, ZAWAIDEH e AL-RAWI, 2010; SULIMANY et al., 2021). No entanto, estudos apontam que há desconhecimento dessa realidade e, por consequência, há subreconhecimento e subnotificação por parte dos Cirurgiões-Dentistas (DUMAN et al., 2021; JORDAN et al., 2012; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006), apesar do seu reconhecido papel vital na identificação do abuso infantil, uma vez que podem ser os primeiros profissionais a examinarem a criança vitimizada, conforme anteriormente mencionado (DUMAN et al., 2021).

Nesse sentido, reconhece-se a importância da educação e do treinamento desses profissionais (HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JORDAN et al., 2012). Em estudo conduzido na Turquia, em que se avaliaram os resultados de programas de treinamento sobre abuso infantil para profissionais da área da saúde de 2002 a 2006, demonstrou-se que a taxa de casos de abuso relatados foi cinco vezes maior após a formação profissional (AGIRTAN et al., 2009). Esse aumento dramático comprova a importância da educação para aumentar a notificação de casos. Como os Cirurgiões-Dentistas podem desempenhar um papel crítico na detecção de abuso infantil, é importante treinar estudantes de Odontologia sobre o assunto (HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018). Estudo recente identificou *gaps* na formação de estudantes de Odontologia em diferentes países e reforçou a importância do ensino para que os futuros Cirurgiões-Dentistas reconheçam e notifiquem casos de abuso infantil, além de ter apontado a necessidade de desenvolver e incorporar treinamento sobre abuso infantil no currículo dos Cursos de Odontologia (DUMAN et al., 2021).

Dessa forma, a avaliação do conhecimento, das atitudes e práticas de estudantes de Odontologia sobre o abuso infantil, assim como a identificação das possíveis deficiências na formação profissional, podem despertar o interesse dos alunos sobre o assunto, conscientizando-os da responsabilidade legal dos Cirurgiões-Dentistas em caso de identificação e suspeição de casos de abuso infantil, e justificam a proposição do presente estudo.

2 PROPOSIÇÃO

O presente estudo objetivou revisar a literatura acerca do conhecimento e das atitudes de estudantes de Odontologia sobre os maus-tratos contra crianças e adolescentes.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Definem-se os maus-tratos infantis como o abuso e a negligência que ocorrem com crianças menores de 18 anos de idade. Incluem todos os tipos de maus-tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, abandono, negligência e exploração comercial ou de outro tipo, que resulte em dano real ou potencial à saúde, sobrevivência, desenvolvimento ou dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder. Constituem-se em um problema global com sérias consequências ao longo da vida. Os maus-tratos infantis são complexos e difíceis de estudar. No entanto, estudos internacionais revelam que quase três em cada quatro crianças de 2 a 4 anos sofrem regularmente punição física e/ou violência psicológica nas mãos de pais e cuidadores, e uma em cada cinco mulheres e um em cada 13 homens relatam ter sido abusados sexualmente quando criança. Todos os anos, estima-se que ocorram 40.150 mortes por homicídio em crianças menores de 18 anos, algumas das quais provavelmente devido a maus-tratos infantis. É quase certo que esse número subestime a verdadeira extensão do problema, uma vez que uma parcela significativa das mortes por maus-tratos infantis é erroneamente atribuída a quedas, queimaduras, afogamentos e outras causas (WHO, 2023). No Brasil, a violência é um dos principais problemas enfrentados pela sociedade, sendo a primeira causa de morte na faixa etária de 1 a 39 anos (SALAZAR, SÁ e VELOSO, 2021).

Os maus-tratos na infância geralmente têm consequências graves de curto e longo prazo para a saúde física, sexual e mental. Estes incluem lesões, inclusive traumatismos cranianos e incapacidade grave, em particular em crianças pequenas; estresse pós-traumático, ansiedade, depressão e infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), incluindo HIV. As adolescentes podem enfrentar problemas de saúde adicionais, incluindo distúrbios ginecológicos e gravidez indesejada. Os maus-tratos infantis podem afetar o desempenho cognitivo e acadêmico e estão fortemente associados ao abuso de álcool e drogas e ao tabagismo – principais fatores de risco para doenças não transmissíveis (DNTs), como doenças cardiovasculares e câncer (WHO, 2023).

A violência infantil pode ser classificada de acordo com sua origem em violência física, violência sexual, negligência e abuso psicológico. A violência física, forma mais conhecida, caracteriza-se pelo uso da força física para agredir alguém

deixando ou não cicatrizes em seu corpo. Por sua vez, a violência sexual consiste no usufruir do outro visando satisfação sexual, podendo acontecer em situações diversas como atentado ao pudor, assédio, estupro, abuso incestuoso, pornografia, pedofilia e voyeurismo. A negligência é caracterizada pela falta de cuidados essenciais à criança ou o adolescente, e o abuso psicológico ocorre por ação ou omissão, lesando emocionalmente a autoestima ou o desenvolvimento do menor (DE SOUSA et al. 2013; SALAZAR, SÁ e VELOSO, 2021; SOUZA et al., 2016).

No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) garantiu a crianças e adolescentes o direito de promoção de saúde e a prevenção de agravos. A partir desta lei, casos de violência infantil alcançaram maior visibilidade, fazendo com que casos concretos ou suspeitos fossem obrigatoriamente denunciados, de forma anônima e sem prejuízos ao denunciante, ao Conselho Tutelar (BRASIL, 1990). O artigo 245 do ECA torna indiscutível a obrigação de qualquer cidadão de comunicar os casos de maus-tratos, e estabelece penalização administrativa para dirigentes atuantes que não comunicarem à autoridade competente os casos envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018). Tais denúncias sinalizam aos órgãos competentes que aquele menor (ou sua família) precisa de ajuda (SALAZAR, SÁ e VELOSO, 2021).

Entretanto, os casos de abuso infantil têm sido subnotificados, conforme mencionado na seção anterior, talvez devido a um déficit na sua identificação ou mesmo pelo medo de se envolver com o problema, impedindo, assim, a sua investigação e elucidação (SALAZAR, SÁ e VELOSO, 2021). Cumpre avaliar se uma formação acadêmica tecnicista, que privilegia pouco o assunto deixando a sua abordagem restrita a poucos componentes curriculares, pode ser responsável por esta baixa notificação por parte de profissionais da saúde em geral e da Odontologia, em particular. Nesse sentido, reforça-se a necessidade de que estudantes de Odontologia sejam conhecedores deste grave problema social durante a sua formação acadêmica.

Dessa forma, na presente revisão de literatura narrativa, o conhecimento e as atitudes de estudantes de Odontologia de diferentes países acerca do abuso infantil serão abordados. Para tanto, buscaram-se referências científicas na língua portuguesa e inglesa nas seguintes bases de dados: PubMed (*US National Library of Medicine National Institutes of Health*); BVS (Biblioteca Virtual em Saúde); LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde); SciELO (*Scientific*

Electronic Library Online); e Google Acadêmico. Como estratégia de busca, foram utilizadas as palavras-chaves “Maus-Tratos Infantis”, “Abuso Infantil”, “Agressão”, “Estudantes de Odontologia”, “Odontologia”, “Responsabilidade Legal” na língua portuguesa; e “Maltreatment”, “Child Abuse”, “Agression”, “Dental Students”, “Dentistry” e “Liability Legal” na língua inglesa, selecionadas segundo a classificação dos Descritores em Ciências de Saúde (DeCS). Outras palavras-chave foram utilizadas para facilitar a busca como: crianças, traumas, psicologia e ética. Após a pesquisa inicial, foi feito o refinamento dos artigos encontrados. Foram incluídos artigos originais publicados no período de 1998 a 2023 e escritos em Língua Portuguesa ou Língua Inglesa. Os critérios de exclusão adotados foram os seguintes: ausência de resumo nas plataformas de busca *on-line*, relatos de casos ou experiências envolvendo violência contra mulher e idosos, e envolvendo outros estudantes que não fossem de Odontologia.

Os principais resultados obtidos nas referências incluídas na presente revisão passam a ser resumidamente apresentados a seguir.

Jessee e Martin (1998) avaliaram as atitudes e o conhecimento dos discentes de Odontologia da Universidade do Texas *Dental Branch*, em Houston, quanto ao abuso e negligência infantil por meio de uma pesquisa. Antes disso, realizaram uma revisão de literatura sistemática para embasar teoricamente o estudo e identificar as defasagens existentes no conhecimento atual sobre o tema. Utilizando questionários validados, aplicados a uma amostra representativa de estudantes de Odontologia, os pesquisadores coletaram dados que visavam mensurar as atitudes e o conhecimento dos participantes em relação à identificação, notificação e manejo apropriados de casos de abuso e negligência infantil. Os achados revelaram deficiências significativas no conhecimento dos estudantes nessas áreas, assim como a presença de atitudes que não coincidiam com as diretrizes éticas e legais. Com base nessas constatações, os autores concluíram pela necessidade premente de implementar intervenções educacionais eficazes, visando melhorar o conhecimento dos estudantes e promover atitudes adequadas no enfrentamento do abuso e negligência infantil. Ainda, enfatizaram a importância de incorporar, de forma abrangente e adequada, esse tema sensível nas grades curriculares de Odontologia, com o propósito de capacitar os futuros profissionais a identificar e abordar adequadamente essas situações complexas.

Thomas, Straffon e Inglehart (2006a) pesquisaram as experiências educacionais e o conhecimento dos acadêmicos de Odontologia da Universidade de Michigan acerca do abuso e negligência infantil. Para tal, os autores aplicaram questionários envolvendo a referida temática em 233 estudantes, no qual constataram que 70,5% dos alunos afirmaram ter adquirido conhecimento sobre abuso/negligência infantil durante as aulas teóricas e, 29,3% declararam ter recebido esse ensinamento em contextos clínicos. Em contrapartida, apenas 5,5% dos acadêmicos demonstraram possuir uma definição correta de abuso infantil, ao passo que 32,2% admitiram desconhecer suas obrigações legais em relação à denúncia de casos de abuso infantil. Adicionalmente, constatou-se que 82,4% dos estudantes não sabiam como e onde reportar casos de abuso. Tendo em vista que Cirurgiões-Dentistas são suscetíveis a se depararem com situações de abuso e negligência infantil e têm o dever legal de agir em resposta a tais ocorrências, é essencial que as grades curriculares de Odontologia sejam revisadas, a fim de assegurar que os estudantes estejam devidamente preparados para lidar com essa responsabilidade profissional.

Thomas, Straffon e Inglehart (2006b) realizaram uma pesquisa a fim de investigar o conhecimento de Cirurgiões-Dentistas, Higienistas Dentais, estudantes de Odontologia e estudantes de Higiene Bucal acerca de suas responsabilidades profissionais em relação à suspeita de abuso infantil, bem como suas experiências profissionais relacionadas a esse problema. Para isso, foram coletados dados através de um questionário aplicado a 220 Cirurgiões-Dentistas, 158 Higienistas Dentais, 233 estudantes de Odontologia e 76 estudantes de Higiene Bucal. Os resultados indicaram que 20% dos Cirurgiões-Dentistas e 9% dos Higienistas Dentais relataram ter se deparado com pelo menos um caso de suspeita de abuso infantil. Apesar de 83% dos profissionais afirmarem que tinham conhecimento sobre a obrigatoriedade de denunciar casos suspeitos de abuso infantil, somente 73% dos estudantes estavam cientes de suas responsabilidades legais nesse âmbito. Adicionalmente, apenas 28% dos profissionais e 18% dos alunos sabiam onde reportar a suspeita de abuso infantil. Quando comparados aos estudantes, os profissionais demonstraram maior conhecimento acerca do diagnóstico de abuso infantil, ao passo que os estudantes apresentaram maior conhecimento sobre sinais de abuso sexual. Porém, os profissionais mostraram-se menos inclinados a saber que a omissão na denúncia de suspeita de abuso é considerada uma contravenção.

Al-Jundi, Zawaideh e Al-Rawi (2010) realizaram uma pesquisa que avaliou o conhecimento e as atitudes dos estudantes de Odontologia da Jordânia em relação ao abuso físico infantil por meio da aplicação de um questionário autoaplicável preenchido por 441 alunos de graduação e pós-graduação em ambas as faculdades de Odontologia na Jordânia. Os resultados indicaram um baixo conhecimento sobre os indicadores sociais, sinais de abuso físico e procedimento de denúncia entre os estudantes entrevistados. Além disso, os acadêmicos participantes consideraram sua faculdade como a principal fonte de informação sobre o assunto. Em contrapartida, os alunos de pós-graduação relataram mais benefícios de fontes extracurriculares. Assim, concluíram que os discentes de Odontologia na Jordânia não estão suficientemente preparados para identificar e lidar com casos de abuso físico infantil e, por isso destaca-se a necessidade de aprimoramento nas grades curriculares das faculdades de Odontologia para fornecer aos alunos um conhecimento mais aprofundado sobre o tema do abuso infantil e prepará-los adequadamente para enfrentar essa demanda.

Jordan et al. (2012) realizaram uma pesquisa em várias faculdades de Odontologia da Croácia, a fim de analisar vivências educacionais e o conhecimento dos discentes croatas em relação ao abuso infantil, por meio da aplicação de questionários padronizados. Os resultados indicaram que uma parcela significativa dos participantes manifestou um nível de compreensão limitado sobre a temática pesquisada. Além disso, a maioria dos estudantes afirmou não ter recebido informações adequadas sobre como identificar e relatar casos de abuso e negligência infantil durante sua formação acadêmica, bem como relataram que lhes falta confiança e preparo para lidar com tais situações de violência. Estes achados reforçam a necessidade de incorporar a temática do abuso e negligência infantil nos currículos do curso de Odontologia, objetivando capacitar futuros profissionais para identificar e agir adequadamente em casos suspeitos. Ademais, faz-se necessário a implementação de programas de educação continuada para atualizar e aprimorar o conhecimento dos profissionais já formados.

Wacheski et al. (2012) avaliaram o conhecimento dos alunos do curso de Odontologia sobre a violência contra a criança e o adolescente. O estudo descritivo e transversal foi desenvolvido com 96 graduandos em Odontologia. Para a coleta de dados, utilizou-se um questionário com questões estruturadas e semiestruturadas que foi aplicado em dois momentos, antes e após a entrega da cartilha

“Enfrentamento dos maus-tratos contra a criança e o adolescente” elaborada pelo Hospital Pequeno Príncipe, Curitiba, PR, Brasil. Apenas 25% dos alunos julgaram-se capazes de identificar os casos suspeitos de maus-tratos, e, após a entrega da cartilha, houve um aumento para 36%. Em relação à instituição correta a qual deveriam notificar os casos suspeitos houve um aumento de 10%. Os sinais mais citados para o diagnóstico de maus-tratos foram hematomas e mudança de comportamento. Todos os alunos afirmaram que é importante o conhecimento do assunto na graduação, apesar de apenas 36% deles afirmarem que leram ou participaram de palestras ou cursos relacionados ao tema. Os autores concluíram que somente a entrega da cartilha não foi suficiente para despertar totalmente o interesse do grupo pelo assunto.

Hashim e Al-Ani (2013) realizaram uma pesquisa através da aplicação de questionários autoaplicáveis em 578 estudantes de Odontologia de todas as faculdades nos Emirados Árabes. As questões versavam sobre a percepção e a compreensão dos estudantes sobre o abuso físico infantil, bem como suas atitudes em relação à notificação desses casos. Os resultados revelaram que, embora a maioria dos estudantes de Odontologia estivesse ciente do problema do abuso físico infantil, estes demonstraram um déficit significativo de conhecimento sobre os sinais e sintomas específicos dessa forma de violência. Ademais, majoritariamente, os acadêmicos relataram ter pouco ou nenhum treinamento sobre o assunto. Esses achados explicam a necessidade de aprimorar a educação e o treinamento dos estudantes de Odontologia em relação ao abuso físico infantil, por meio da inclusão desse tema no currículo acadêmico, a fim de proporcionar a correta identificação e intervenção precoce em casos de abuso físico infantil, contribuindo para a proteção e bem-estar das crianças.

Ivanoff e Hottel (2013) realizaram uma pesquisa a partir de um delineamento metodológico misto, combinando elementos de revisão da literatura e coleta de dados primários. Inicialmente, os autores conduziram uma revisão de literatura sistemática para identificar as lacunas existentes no ensino de suspeita de abuso e negligência infantil para estudantes de Odontologia, a fim de desenvolver um currículo inovador que abrangesse conhecimentos teóricos e habilidades práticas. Por meio dessa revisão, foram identificados os principais temas e conhecimentos teóricos que deveriam ser abordados no currículo de treinamento. Em seguida, os pesquisadores desenvolveram um currículo híbrido, utilizando métodos de ensino

convencionais, como palestras e estudos de casos, juntamente com recursos educacionais *on-line* interativos. Os resultados revelaram uma melhoria significativa no conhecimento dos acadêmicos em sua competência na identificação de sinais e sintomas, bem como na abordagem adequada e notificação desses casos. Além disso, os estudantes demonstraram maior confiança em lidar com tais situações e uma melhor compreensão das responsabilidades éticas e legais envolvidas. Por fim, os autores destacaram a importância de abordagens inovadoras e interativas no ensino desse tópico sensível, ressaltando a relevância desse currículo abrangente na formação de profissionais de Odontologia capazes de proteger a saúde e o bem-estar das crianças.

Matos et al. (2013) avaliaram o conhecimento dos alunos de graduação e do profissional de Odontologia em relação aos maus-tratos na infância e adolescência. Foram entrevistados 77 alunos de graduação em Odontologia do 7º e 8º semestre da Universidade de Cuiabá e 80 profissionais formados em Odontologia que atuavam no município de Cuiabá-MT. Verificou-se que a maioria dos graduandos (72) e profissionais (58) nunca suspeitou de maus-tratos infantis durante o atendimento dos pacientes. Quando os sujeitos da pesquisa foram questionados se se sentiam capacitados para diagnosticar crianças e/ou adolescentes que sofrem maus-tratos, o total de 59 graduandos e 44 profissionais responderam positivamente. A respeito de qual disciplina na Faculdade orientou sobre o tema maus-tratos na infância, 48 graduandos responderam a disciplina de Odontologia Legal e 56 profissionais relataram não ter tido nenhuma informação na graduação. Sobre o local onde deve ser referenciada a notificação de maus-tratos, 48 graduandos e 36 profissionais relataram ser o Conselho Tutelar. Ao serem questionados em relação às implicações legais para os Cirurgiões-Dentistas nos casos onde há suspeita ou confirmação do abuso infantil, 38 graduandos e 69 profissionais afirmaram desconhecer a implicações legais. Concluiu-se que os graduandos e os Cirurgiões-Dentistas entrevistados nesta pesquisa ainda desconhecem na grande maioria os aspectos legais e práticos relacionados à notificação de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Os Cirurgiões-Dentistas necessitam de mais informações e/ou treinamento no que tange ao reconhecimento de maus-tratos, visto que este tema tem sido abordado mais nas disciplinas de Odontologia Legal.

Shapiro, Anderson e Lal (2014) realizaram uma pesquisa desenvolvida com 72 estudantes de Odontologia, do último ano de graduação da Universidade de Columbia. Neste estudo, os autores desenvolveram um módulo de treinamento voltado para aprimorar o reconhecimento e a notificação de casos de abuso infantil. Tratava-se de uma intervenção educacional específica, que incluía informações relevantes sobre os sinais e sintomas típicos de abuso infantil, bem como orientações sobre como proceder com a denúncia adequada, conforme as legislações e protocolos aplicáveis. Para isso, compararam a absorção de conhecimento via *on-line* e módulo presencial, a fim de avaliar a eficácia de ambos os métodos. Os achados enfatizaram que o grupo de alunos que recebeu o treinamento *on-line* obteve um desempenho melhor em questões baseadas em fatos e procedimentos críticos de abuso infantil. Em contrapartida, alguns discentes ainda preferiram a abordagem tradicional baseada em aulas, como um complemento ao treinamento *on-line*. Portanto, a implementação do instrumento em questão obteve êxito no aumento do conhecimento dos alunos sobre o tema do abuso infantil. Além disso, o treinamento também levou a uma melhoria significativa na capacidade dos acadêmicos em reconhecer e identificar possíveis casos de abuso infantil durante o atendimento odontológico. Devido ao sucesso do módulo, este foi adicionado como conteúdo obrigatório ao curso tradicional da Universidade estudada. Ainda, os autores reforçam a importância de preparar futuros Cirurgiões-Dentistas para que se tornem conscientes e capacitados na identificação de sinais de abuso em crianças, possibilitando, assim, uma atuação mais responsável e ética diante deste cenário.

Silva Jr. et al. (2015) avaliaram o conhecimento do acadêmico de Odontologia sobre maus-tratos infantis em um estudo descritivo transversal com abordagem quantitativa. A amostra foi constituída por 100 acadêmicos do 5º ao 9º período do curso de Odontologia da Universidade Federal do Espírito Santo. O critério de inclusão era estar devidamente matriculado no segundo semestre de 2010. Os dados foram coletados utilizando um questionário autogerenciado, previamente validado, contendo questões abertas e fechadas referentes ao tema de maus-tratos infantis. A análise descritiva foi realizada por frequência absoluta e relativa. Embora 74% dos acadêmicos tivessem afirmado que a conduta correta em caso suspeito de maus-tratos seja fazer uma denúncia no Conselho Tutelar ou Delegacia, uma minoria (4%) afirmou que denunciaria a suspeita. Dos acadêmicos, apenas 30% afirmaram que a região de cabeça e pescoço seja a mais afetada nos

casos de maus-tratos infantis. Um total de 9,26% dos alunos afirmou que só seria capaz de identificar um caso de maus-tratos se houvesse o relato do paciente. A maior parte dos alunos (74%) afirmou não ter obtido informações sobre maus-tratos infantis no curso de graduação, sendo que 96% deles consideraram importante obter este conhecimento e 94% relataram desejo de conhecer melhor este tema. Para os autores, a maioria dos acadêmicos de Odontologia apresentou conhecimento deficiente sobre maus-tratos infantis. Faz-se necessário uma melhor abordagem do assunto durante a formação acadêmica do curso de Odontologia, para obter um profissional melhor preparado para uma condução adequada em casos suspeitos de maus-tratos infantis.

De Abreu et al. (2017) realizaram uma pesquisa, com acadêmicos do 6^o ao 9^o período de uma instituição de ensino privada, a fim de investigar as experiências e atitudes de estudantes do curso de Odontologia perante a casos de abuso físico infantil. Os dados foram coletados por meio de um questionário autoaplicável. Uma parcela significativa dos discentes nunca identificou casos de abuso físico infantil (85,6%), tampouco realizou denúncias (97,4%) e alegou conhecer as entidades adequadas às quais notificar (74,4%), sendo o Conselho Tutelar o mais mencionado (65,0%). Devido aos resultados obtidos, observou-se necessidade de maior enfoque nesta temática durante a graduação, objetivando preparar e capacitar o futuro profissional.

Jahanimoghadam et al. (2017) realizaram um estudo para avaliar o conhecimento, atitude e prática de odontopediatras e clínicos gerais iranianos em relação ao abuso infantil. Para isso, os autores distribuíram questionários entre os profissionais em diversas regiões do Irã. Os resultados do estudo revelaram que uma parcela significativa dos odontopediatras e clínicos gerais possuía conhecimento insuficiente e limitado sobre os sinais e sintomas de abuso infantil. Além disso, muitos dos profissionais relataram se sentir inseguros para abordar esse assunto em sua prática clínica. A maioria dos participantes também demonstrou uma atitude omissa em relação à denúncia de casos suspeitos às autoridades competentes. Com base nestes achados, os autores concluíram que é de suma importância aprimorar a formação e educação destes profissionais no que tange ao abuso infantil. Ainda, sugeriram a implementação de programas educacionais que abordem a identificação de sinais de abuso, as diretrizes para a denúncia adequada e o suporte emocional necessário para lidar com essas situações. Além disso, os

autores destacaram a importância de conscientizar e sensibilizar os profissionais da Odontologia sobre a relevância do seu papel na detecção e prevenção do abuso infantil.

Busato, Pereira e Guaré (2018) verificaram por meio de questionários o conhecimento de estudantes de Odontologia em relação aos maus-tratos na infância e adolescência. Todos os acadêmicos matriculados nos cursos de Odontologia das Universidades do Planalto Catarinense e Federal do Espírito Santo foram convidados a participar do estudo. Participaram da pesquisa 363 alunos, 146 de Lages e 217 de Vitória. Durante a graduação, 34,9% dos alunos afirmaram não ter recebido nenhuma informação sobre maus-tratos na infância e adolescência. Apesar disto, a maioria (86,8%) sentia-se capaz de diagnosticar casos de maus-tratos. Os estudantes citaram alterações nos tecidos moles (65,3%) e traumatismos dentários (48,5%), como características relacionadas aos maus-tratos. Em relação à denúncia, apenas 30,3% consideraram o Conselho Tutelar como esfera competente e 35,5% souberam o significado da sigla ECA. Foi observado que os acadêmicos das duas instituições conseguem identificar os sinais de maus-tratos, mas precisam de maiores informações em relação à notificação dos mesmos.

Hazar Bodrumlu, Avsar e Arslan (2018) realizaram uma pesquisa, por intermédio de questionários autoaplicáveis, respondidos por 248 estudantes, de três turmas (terceiro, quarto e quinto anos) de uma faculdade de Odontologia na Turquia. Tais questões indagavam acerca dos indicadores físicos e sociais de abuso infantil, responsabilidades legais e éticas, a experiência prática dos discentes e suas demandas. Os achados desta pesquisa indicaram que embora uma parcela considerável dos alunos tenha convicção em sua capacidade de identificar casos de abuso infantil, a maioria dos estudantes possuía um conhecimento limitado sobre a temática estudada, principalmente no que tange a indicadores sociais, sinais de abuso físico e procedimento de denúncia. Além disso, houve diferenças significativas nas respostas certas entre os discentes de diferentes anos, de modo que estudantes do quinto ano apresentaram maior desempenho. Por fim, a maioria dos acadêmicos manifestou interesse em aprender mais sobre esta temática, uma vez que os alunos de Odontologia na Turquia não possuíam preparo suficiente para desempenhar seu papel na identificação e denúncia de casos suspeitos. Assim, concluiu-se que há urgência na inclusão do conteúdo referente ao abuso infantil nos

currículos das faculdades, englobando a identificação precoce de sinais de abuso, a correta abordagem ao paciente e notificação dos casos às autoridades competentes.

Salazar, Sá e Veloso (2018) analisaram o nível de conhecimento de Cirurgiões-Dentistas e acadêmicos em Odontologia a respeito dos maus-tratos infantis. Tratou-se de uma revisão de literatura do tipo integrativa realizada a partir de buscas nas seguintes Bases Eletrônicas de Dados: Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *US National Library of Medicine National Institutes of Health* (PubMed) e Portal de Periódicos da Capes. A maioria dos estudos analisados demonstrou que tanto os profissionais quanto os acadêmicos de Odontologia não possuem conhecimento adequado sobre maus-tratos infantis e têm dificuldade em diagnosticar e encaminhar de forma correta os casos suspeitos. Percebeu-se que existe uma lacuna sobre o assunto e sugere-se que o tema tenha uma abordagem mais aprofundada durante a graduação de modo a preparar o futuro profissional para o enfrentamento deste problema. Diante dos resultados, os autores concluíram que tanto o Cirurgião-Dentista quanto os acadêmicos em Odontologia não estão suficientemente preparados para diagnosticar e/ou denunciar os casos de maus-tratos infantis de forma eficaz. A falta de certeza sobre o diagnóstico foi uma das razões mais pautadas para a subnotificação dos casos. Constatou-se que a temática tem sido trabalhada de forma sucinta nos cursos de Odontologia do Brasil e do mundo e por isso, recomenda-se que as instituições de ensino reforcem seus projetos pedagógicos com abordagens voltadas ao tema a fim de contribuir mais precisamente com a compreensão do mesmo e para formar Cirurgiões-Dentistas capazes de colaborar com a diminuição da violência.

Costa e Tinoco (2019) realizaram uma pesquisa para investigar se a grade curricular dos cursos de Odontologia do Rio de Janeiro fornece conhecimento e preparação suficiente aos acadêmicos sobre maus-tratos infantis. Para isso, aplicaram um questionário em oito cursos de Odontologia no Rio de Janeiro, totalizando uma amostra de 200 alunos no último ano de graduação, dos quais 53 (26,5%) pertenciam a instituições públicas e 147 (73,5%) a instituições privadas. Os achados indicaram que os acadêmicos possuíam conhecimento regular sobre o tema dos maus-tratos infantis, dado que 74,5% dos estudantes afirmaram que o tema foi abordado no curso, especialmente nas disciplinas de Odontologia Legal e Odontopediatria. Além disso, todos os discentes reconheceram a importância do tema na conduta profissional, e somente 14,5% não acreditavam que fosse

responsabilidade do dentista diagnosticar casos de abuso infantil. Em relação ao conhecimento do ECA, 64,5% dos estudantes afirmaram ter ciência. Contusões, medo e retração da criança foram os sinais e sintomas mais citados. Quanto à conduta, a maioria disse que se reportaria ao Conselho Tutelar. Por fim, os autores concluíram que os estudantes de Odontologia da amostra têm um conhecimento regular sobre esse assunto, mas há necessidade de maior atenção a esse tópico na grade curricular.

Kural, Abbasoglu e Tanboga (2020) realizaram uma pesquisa para avaliar o conhecimento e a experiência dos Cirurgiões-Dentistas, acadêmicos de graduação e pós-graduação na Turquia em relação ao abuso e negligência infantil. Para atingir esse objetivo, os autores coletaram dados por meio de um questionário respondido por 1020 membros da Associação Dentária Turca. Os resultados revelaram que somente 32,7% dos profissionais já identificaram casos de abuso infantil, enquanto 17,1% atenderam em seus consultórios casos suspeitos, no entanto apenas 1% destes notificou às autoridades. Além disso, somente 11,6% dos participantes receberam treinamento sobre maus-tratos infantis, por isso 86,5% afirmaram que era necessário um ensino adicional referente à temática. Ademais, os entrevistados relataram que os motivos para hesitarem em relatar casos suspeitos de abuso infantil foram falta de conhecimento sobre o papel do profissional de saúde na notificação compulsória e considerações sobre as possíveis consequências para a criança. Assim, os autores concluíram que há falta de conhecimento, atitudes e consciência sobre abuso e negligência infantil entre estudantes de Odontologia e Cirurgiões-Dentistas na Turquia. O estudo constatou que os profissionais precisam estar treinados com conhecimento adequado sobre os indicadores físicos e comportamentais de possíveis abusos, a legislação atual sobre notificação obrigatória e os procedimentos para relatar casos suspeitos.

Al-Ani et al. (2021) realizaram um estudo transversal através da aplicação de questionários a 181 estudantes da Escola de Odontologia e Medicina Oral da Universidade de Hamburgo-Eppendorf, Alemanha, a fim de explorar a compreensão dos acadêmicos acerca da identificação, notificação e encaminhamento de casos suspeitos de abuso físico infantil. Para isso, os participantes foram avaliados quanto aos sinais e sintomas deste tipo de violência, as diretrizes de notificação e encaminhamento de casos suspeitos. De acordo com os resultados obtidos, tais alunos demonstraram consciência de suas responsabilidades legais e éticas em

relação à proteção das crianças e ao papel desempenhado pelos pais nesse contexto. Mais da metade dos acadêmicos responderam positivamente quando questionados se consideravam que os Cirurgiões-Dentistas deveriam ser legalmente responsáveis por relatar casos de abuso infantil dos quais tivessem conhecimento. Ademais, uma maioria expressiva dos alunos afirmou que estes profissionais possuem o dever ético de notificar tais situações. No entanto, os estudantes revelaram dificuldade em definir ou descrever com precisão os sinais, sintomas e indicadores sociais associados ao abuso infantil. Ainda relataram falta de formação básica relacionada a esse tema e indicaram insuficiência de treinamento em questões referentes aos maus-tratos infantis. Desse modo, estes achados apontam que há uma carência generalizada de informação sobre abuso infantil entre os estudantes de Odontologia envolvidos nessa pesquisa. Conseqüentemente, recomenda-se a disponibilização de mais palestras relacionadas ao abuso infantil, visando ampliar o conhecimento desses futuros Cirurgiões-Dentistas e fortalecer sua confiança no manejo de casos suspeitos de maus-tratos a crianças.

Demarco, Silva Jr. e Azevedo (2021) realizaram uma pesquisa objetivando identificar e avaliar o conhecimento e ações dos Cirurgiões-Dentistas do Sistema Único de Saúde (SUS) de Pelotas-RS frente ao abuso infantil. Para isso, aplicaram um questionário nos 45 profissionais da rede de saúde e, coletaram informações referentes a dados sociodemográficos e relacionados ao emprego, e indagaram sobre o conhecimento e atitudes em relação aos maus-tratos. Os resultados explanaram que 71,1% dos entrevistados compreenderam a responsabilidade na identificação do abuso infantil, porém 50% desconheciam a implicação legal da não notificação de casos suspeitos e, 86,7% consideravam que outros profissionais da saúde deveriam ser notificados para adotarem alguma medida. Ademais, 60% dos Cirurgiões-Dentistas nunca suspeitaram de casos de maus-tratos e, apenas 25% dos que suspeitaram, realizaram a notificação compulsória. Por fim, os autores constataram que os Cirurgiões-Dentistas possuíam ciência da sua importância em relação ao abuso infantil, no entanto apresentavam dificuldades quanto ao manejo do caso. Portanto, os autores destacaram a necessidade de treinamento adequado para correta identificação e conduta frente ao cenário de violência.

Duman et al. (2021) realizaram uma pesquisa, em 11 faculdades de Odontologia em dez países (África do Sul, Austrália, Camboja, Estados Unidos, Jordânia, Nigéria, Paquistão, Polônia, República Turca de Chipre do Norte e

Turquia), onde aplicaram, remotamente, questionários em 660 acadêmicos que cursavam o último ano de graduação. Os participantes responderam perguntas que abordavam os aspectos relacionados ao conhecimento sobre abuso infantil, atitudes em relação ao tema e, práticas relacionadas à identificação e ao relato de casos de abuso. Os resultados encontrados apontaram que os alunos possuíam conhecimento insatisfatório quanto à violência contra a criança e apresentavam atitudes inadequadas em relação à notificação destes casos, evidenciando preocupações com possíveis consequências negativas para sua área profissional e desconfiança na eficácia do sistema de proteção à criança. No entanto, o conhecimento sobre o abuso infantil foi significativamente maior na Austrália, Estados Unidos e Jordânia, quando comparado com os demais países. Logo, os autores concluíram que é de suma importância a promoção de conscientização e educação dos discentes de Odontologia sobre o abuso infantil, tal como a inclusão de treinamento adequado na grade curricular do curso, incluindo o reconhecimento de sinais de abuso, a comunicação com pacientes e o relato adequado de casos suspeitos às autoridades competentes.

Sulimany et al. (2021) realizaram uma pesquisa incluindo 988 recém-formados do curso de Odontologia de todas as faculdades da Arábia Saudita, a fim de avaliar o grau de compreensão dos acadêmicos na identificação e manejo de casos de abuso infantil, bem como suas experiências educacionais. Para isso, os autores coletaram dados por meio de um questionário que abrangia o conhecimento dos Cirurgiões-Dentistas acerca dos sinais de violência contra a criança, familiaridade com as políticas e diretrizes referentes a esta agressão e suas experiências anteriores no enfrentamento de cenários suspeitos. Os resultados obtidos revelaram que embora a maioria dos profissionais afirmasse ter algum nível de conhecimento sobre a temática em questão, vários apresentavam falhas específicas nesse âmbito. Além disso, uma parcela expressiva dos participantes não possuía familiaridade com as etapas da denúncia ou sentia insegurança em relatar os casos suspeitos. Por isso, os pesquisadores destacaram a necessidade de aprimorar a educação e o treinamento dos Cirurgiões-Dentistas em relação ao abuso e negligência infantil, visando capacitá-los a identificar e intervir de maneira apropriada em casos suspeitos. Recomendou-se a inclusão de conteúdos relacionados à violência infantil nos currículos dos cursos de Odontologia, assim

como a implementação de programas de educação continuada para os profissionais já formados, a fim de garantir uma atitude adequada e eficaz frente ao abuso infantil.

Ivanoff, Andonov e Hottel (2023) realizaram uma pesquisa por meio da reaplicação de um questionário respondido por estudantes de Odontologia em uma faculdade dos Estados Unidos em 2006, objetivando analisar se o treinamento por eles proposto naquele período proporcionou aumento na detecção de suspeitas de abuso infantil, bem como se elevou o conhecimento acerca dessa temática e, conseqüentemente, o número de denúncias. A fim de comparar a eficácia do treinamento, os autores reaplicaram o questionário a estudantes de odontologia da mesma faculdade nos Estados Unidos, que incluiu o treinamento em sua grade curricular, e outra universidade em Plovdiv, Bulgária, sem esse treinamento. Os resultados mostraram que os estudantes norte-americanos obtiveram maior pontuação em relação aos de 2006, enquanto os estudantes da Bulgária, sem o treinamento, responderam corretamente a uma questão a mais. Embora a inclusão do treinamento pareça eficaz, nenhum estudante relatou ter denunciado casos de abuso infantil na faculdade, mesmo com conhecimento aprimorado. Assim, sugeriu-se uma nova problemática: falta de motivação para denúncia.

4 DISCUSSÃO

O abuso infantil é um problema de saúde pública global na qual ameaça a saúde dos infantes, assim como seus direitos fundamentais (DUMAN et al., 2021). Segundo o Ministério da Saúde, caracteriza-se por abuso infantil qualquer ação ou omissão que cause dano ao pleno desenvolvimento da criança, ao bem-estar físico e psicológico, e à liberdade (BRASIL, 2002). É vasto o impacto que o abuso infantil pode ter na vida do indivíduo, pois além de danos de cunho psicológico e/ou físico e prejuízo ao desenvolvimento, também pode implicar na confiança, dignidade, autoestima e até mesmo na sobrevivência da vítima, podendo propiciar efeitos biopsicossociais em curto e em longo prazo (DUMAN et al., 2021; SULIMANY et al., 2021).

Os maus-tratos podem se enquadrar em diferentes tipos: violência psicológica, física, sexual ou negligência/privação. Violência psicológica compreende toda e qualquer ação ou omissão que fere a autoestima, a identidade ou ao desenvolvimento dos indivíduos, podendo ser acarretada por humilhação, chantagem, insultos, ameaças, omissão de carinho e negar atenção e supervisão, por exemplo. Já a violência física, é usual em ambiente familiar, uma vez que tem sido utilizada com intuito de educar as crianças e desencadeada pela culpa atribuída às crianças por problemas familiares. A violência sexual envolve o ato de um indivíduo em relação de poder, mediante força física ou intimidação psicológica, obrigar outra ao intercurso sexual contra a sua vontade, podendo ser pornografia infantil, pedofilia, voyeurismo, abuso incestuoso, assédio sexual e atentado violento ao pudor. O último tipo compreende a negligência/privação, na qual implica atos de omissão do progenitor em prover os cuidados básicos para o desenvolvimento da criança, colocando-a em risco devido a não supervisão adequada, e estando física e emocionalmente disponível para tais sujeitos, como supressão alimentar, privação de higiene e de medicação (SOUZA et al., 2016).

Em 2020, dados obtidos pela Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos apontaram que houve 95,2 mil denúncias ao Disque 100 referentes ao abuso de crianças e adolescentes, gerando 368.333 violações que abrangem violência física, psicológica, abuso e exploração sexual (BRASIL, 2021). Este grave e complexo problema de saúde tem etiologia multifatorial decorrente de questões sociais, econômicas, políticas e culturais (VALENTE et al., 2015).

Cirurgiões-Dentistas são essenciais na identificação e notificação de casos suspeitos de abuso infantil, uma vez que estes profissionais, geralmente, mantêm contato contínuo com os pacientes pediátricos e seus responsáveis, em virtude da periodicidade das consultas, tendo, inclusive, a possibilidade de observar o ambiente familiar (HASHIM e AL-ANI, 2013; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JORDAN et al., 2012; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006a). Assim, preparar os profissionais que trabalham com saúde e com crianças é fundamental, a fim de que este tipo de violência possa ser diagnosticado, prevenindo e evitando a sua perpetuação (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018). Neste contexto, destacam-se os acadêmicos de cursos de Odontologia, pois serão profissionais que atuarão no setor público e privado, com crianças e adolescentes tendo contato próximo também com sua família (MATOS et al., 2013). Todavia, estudo recente identificou falhas na formação de discentes de Odontologia em diferentes países e reforçou a importância do ensino para que os futuros Cirurgiões-Dentistas reconheçam e notifiquem casos de abuso infantil, além de ter apontado a necessidade de desenvolver e incorporar treinamento sobre abuso infantil no currículo dos cursos de Odontologia (DUMAN et al., 2021).

De acordo com o artigo 245 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é a obrigação de qualquer cidadão comunicar os casos e maus-tratos, entretanto apenas estabelece penalização administrativa para médicos, educadores e dirigentes atuantes que não reportarem à autoridade competente os casos envolvendo a suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente, com multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (BRASIL, 1990). Como supracitado, os Cirurgiões-Dentistas desempenham importante papel na identificação de casos suspeitos de abuso infantil. Dessa forma, algumas situações são características de maus tratos, sendo que 50 a 60% das lesões físicas presentes ocorrem na face e na cavidade oral, como a presença de hematomas atrás da orelha, marcas de queimaduras, áreas com alopecia e lesões características de doenças sexualmente transmissíveis (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018). Embora as lesões físicas sejam as mais evidentes, não podem ser avaliadas separadamente para o diagnóstico de maus tratos, assim, deve ser somada uma boa anamnese, em relação a etiologia do trauma e nas particularidades de evolução da lesão. Essa avaliação detalhada também deve ser conduzida com a presença de petéquias e equimoses na cavidade

oral, uma vez que podem ter associação com doenças sexualmente transmissíveis (CAVALCANTI, 2010 *apud* BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018).

Quanto às características bucais relacionadas aos maus-tratos, destacam-se as alterações nos lábios e palato, traumas dentários com presença de fratura, dentes deslocados, com mobilidade ou avulsionados e raízes residuais múltiplas sem história plausível para explicar os ferimentos podem encaixar como sinais evidentes de violência contra infantes. Outrossim, a negligência dental também é um fator que caracteriza displicência de cuidados com a higiene bucal, elevando o número de cáries dentárias, por exemplo, acarretando dor prolongada. Os responsáveis, por sua vez, possuem ciência das condições bucais desfavoráveis da criança e mesmo assim negligenciam à procura de atendimento, privando-os dos cuidados necessários (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018).

Na presente revisão, procurou-se avaliar o conhecimento e as atitudes de estudantes de graduação em Odontologia, no Brasil e no mundo, acerca dos casos de maus-tratos contra crianças e adolescentes. Os resultados das publicações analisadas demonstraram um conhecimento baixo/insuficiente entre estudantes de Odontologia em diferentes países do mundo (AL-JUNDI, ZAWAIDEH e AL-RAWI, 2010; DUMAN et al., 2021; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JESSEE e MARTIN, 1998; JORDAN et al., 2012; KURAL, ABBASOGLU e TANBOGA, 2020; SULIMANY et al., 2021; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006a). Resultados de estudo conduzido na Turquia indicaram que embora uma parcela considerável dos alunos tenha convicção em sua capacidade de identificar casos de abuso infantil, a maioria dos estudantes possuía um conhecimento limitado sobre o assunto, principalmente no que tange a indicadores sociais e a sinais de abuso físico (HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018). Essa dificuldade em definir ou descrever com precisão os sinais, sintomas e indicadores sociais associados ao abuso infantil foi também observada em estudo alemão mais recentemente (AL-ANI et al., 2021). A constatação de que há conhecimento e treinamento insuficientes sobre o assunto implica que os Cirurgiões-Dentistas assim formados serão incapazes de proteger pacientes jovens otimamente (AL-ANI et al., 2021).

Em relação às atitudes a serem tomadas frente a casos concretos ou suspeitos de abuso infantil, observou-se que os estudantes de graduação acreditam que faz parte do dever do Cirurgião-Dentista detectar e notificar os casos de abuso infantil durante a prática clínica (HASHIM e AL-ANI, 2013), sem, contudo,

demonstrar que a graduação os prepara para tal tarefa (HASHIM e AL-ANI, 2013; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JORDAN et al., 2012). Em relação aos procedimentos de denúncia, alguns estudos mostraram que os estudantes não sabiam como e onde reportar casos de abuso infantil (HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006a; SULIMANY et al., 2021; THOMAS, STRAFFON e INGLEHART, 2006b). Por outro lado, em outros estudos, a avaliação das atitudes dos estudantes em relação ao papel de Cirurgiões-Dentistas sobre o abuso infantil mostrou conhecimento sobre a responsabilidade ética e legal para relatar casos (AL-ANI et al., 2021; DUMAN et al., 2021).

Cumprе salientar, no entanto, resultado de estudo multicêntrico com participação de 11 faculdades de Odontologia de dez países, no qual constatou-se que os participantes, geralmente, possuíam conhecimento de moderado a bom sobre abuso infantil, e sobre o papel do Cirurgião-Dentista nesses casos. Houve, porém, diferenças no nível de conhecimento dos alunos de diferentes faculdades de Odontologia dos países participantes. Na Turquia, por exemplo, observou-se um baixo nível de conhecimento. Em contrapartida, o conhecimento sobre abuso infantil foi significativamente maior na Austrália, nos Estados Unidos, e na Jordânia em comparação com outros países (DUMAN et al., 2021). De acordo com dados recentes da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a prevenção do abuso infantil, Austrália e Jordânia, assim como Nigéria e República da África do Sul têm um plano de ação nacional para se alcançar este objetivo (WHO, 2020 *apud* DUMAN et al., 2021).

No Brasil, a maioria dos estudos revisados também demonstrou um conhecimento insuficiente dos estudantes de Odontologia em relação aos maus-tratos infantis, o que leva a um preparo insuficiente para diagnosticar e a um desconhecimento dos aspectos legais e práticos associados à notificação (DE ABREU et al., 2017; MATOS et al., 2013; SILVA JR. et al., 2015; WACHESKI et al., 2012). Por outro lado, em estudo conduzido em faculdades de Santa Catarina e do Espírito Santo, a maioria dos estudantes sentiu-se capaz de diagnosticar casos de maus-tratos. Foi observado que os acadêmicos das duas instituições conseguem identificar os sinais de maus-tratos, mas precisam de maiores informações em relação à sua notificação (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018). Dados melhores foram observados em estudo conduzido no Rio de Janeiro que indicaram que os

acadêmicos possuíam conhecimento regular sobre o tema dos maus-tratos infantis, inclusive sobre a responsabilidade legal do Cirurgião-Dentista em diagnosticar casos de abuso infantil (COSTA e TINOCO, 2019). Em relação à denúncia dos casos de maus-tratos infantis, alguns estudos brasileiros mostraram que os estudantes consideram o Conselho Tutelar como esfera competente (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018; COSTA e TINOCO, 2019; DE ABREU et al., 2017; SILVA JR. et al., 2015) e afirmaram ter ciência do significado do ECA (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2018; COSTA e TINOCO, 2019).

Esses achados indicam, portanto, que há ainda uma falta de conhecimento entre estudantes de Odontologia sobre o tema do abuso infantil, especificamente quanto ao diagnóstico, sinais e sintomas, e responsabilidades éticas e legais, o que pode justificar a não adoção de atitudes adequadas frente a casos concretos ou suspeitos de maus-tratos e negligência. Além da falta de conhecimento sobre o papel do profissional da saúde na notificação compulsória, outro motivo para os profissionais hesitarem na denúncia são considerações sobre as possíveis consequências para a criança (KURAL, ABBASOGLU e TANBOGA, 2020). A hesitação na denúncia pode ocorrer por diversos motivos, dentre eles destacam-se a dificuldade de preencher a ficha, medo de retaliações, sobrecarga no trabalho, dificuldade com os casos, receio de perder pacientes, medo de lidar com os pais e responsáveis e medo de se envolver legalmente com a situação apresentada (SOUZA et al., 2016). Dessa forma, vale a pena destacar a opinião expressa em estudo anterior de que essa falta de consciência é crítica e pode contribuir para aumentar o sofrimento das vítimas, uma vez que o número de crianças que sofrem de todas as formas de abuso (físico, emocional e sexual) é alto e parece estar aumentando (AL-ANI et al, 2021).

De acordo com a literatura revisada, os estudantes de Odontologia consideram seus currículos sua principal fonte de informação. Segundo alguns autores, o tema ainda é pouco abordado na graduação, restringindo-se às disciplinas de Odontologia Legal e Odontopediatria, com baixo índice de treinamento recebido durante o curso, fazendo com que profissionais e acadêmicos enfrentem dificuldades em diagnosticar e conduzir os casos de maus-tratos de maneira correta (AL-ANI et al., 2021; HASHIM e AL-ANI, 2013; HAZAR BODRUMLU, AVSAR e ARSLAN, 2018; JORDAN et al., 2012; SALAZAR, SÁ e VELOSO, 2018). Estes achados corroboram resultados de estudo brasileiro, no qual apenas 18,5% dos

acadêmicos entrevistados relataram ter recebido informações sobre o tema na graduação (BUSATO, PEREIRA e GUARÉ, 2017). Esses dados apontam para uma necessidade maior de treinamentos durante o curso de graduação para a identificação desses casos, o que aumentaria a ocorrência de notificações, conforme demonstrado em estudo anterior (MALHOTRA, GUPTA e ALAM, 2013), no qual se constatou que Cirurgiões-Dentistas educados sobre os sinais de abuso apresentaram cinco vezes mais chances de reportar uma suspeita. O aprimoramento da formação e educação dos Cirurgiões-Dentistas no que tange ao abuso infantil, é, portanto, necessário para capacitá-los a identificar e intervir de maneira apropriada em casos suspeitos (DEMARCO, SILVA JR. e AZEVEDO, 2021; SULIMANY et al., 2021). A implementação de programas educacionais que abordem a identificação de sinais de abuso, as diretrizes para a denúncia adequada e o suporte emocional necessário para lidar com essas situações foi sugerida, além da importância da conscientização e sensibilização dos profissionais da Odontologia sobre a relevância do seu papel na detecção e prevenção do abuso infantil (JAHANIMOGHADAM et al., 2017).

Assim, sugere-se que os currículos sejam revisados regularmente para garantir que as informações sejam adequadas e atualizadas. Além disso, as estratégias de ensino baseadas exclusivamente em aulas expositivas em sala de aula precisam ser atualizadas para aumentar a conscientização entre os alunos. Foi sugerido que um módulo *on-line* pode ser usado com sucesso para ensinar dados factuais, assim como ou até melhor do que o treinamento baseado em aulas. Ademais, módulo interativo de treinamento *on-line* é uma ferramenta eficaz para o ensino de reconhecimento e notificação de abuso infantil, podendo ser uma opção valiosa e complementar ao treinamento tradicional baseado em aulas na formação de estudantes de Odontologia. Porém, é imperativo que se realizem pesquisas futuras sobre cursos híbridos que conjuguem tecnologia com os métodos tradicionais (SHAPIRO, ANDERSON e LAL, 2014).

Outro exemplo de técnica que poderia ser incorporada é a aprendizagem baseada em problemas (*PBL – Problem Based Learning*), técnica essa que combina cenários e casos e depois estimula o debate envolvendo todos os alunos, que se dividem em grupos (AL-ANI et al., 2021).

Vale a pena destacar também que os resultados de estudo recente sugeriram que o treinamento presencial em faculdades de Odontologia sobre abuso

infantil e negligência pode não ser motivador para os alunos relatarem casos suspeitos, mesmo sabendo da sua obrigatoriedade. Os alunos recebem conhecimento teórico de suas responsabilidades legais para relatar os casos, mas uma abordagem de treinamento diferente deve ser adotada para imprimir no espírito dos alunos um "senso" de dever e disposição que os levará a um aumento de relatos (IVANOFF, ANDONOV e HOTTE, 2023). Um currículo híbrido, utilizando métodos de ensino convencionais, como palestras e estudos de casos, junto a recursos educacionais *on-line* interativos revelaram uma melhoria significativa no conhecimento dos acadêmicos em sua competência na identificação de sinais e sintomas, bem como na abordagem adequada e notificação desses casos. Além disso, os estudantes demonstraram maior confiança em lidar com tais situações e uma melhor compreensão das responsabilidades éticas e legais envolvidas (IVANOFF e HOTTEL, 2013).

Um modelo de aprendizado baseado em problemas pode efetivamente estimular habilidades de pensamento crítico para ajudar os graduandos na triagem e denúncia de suspeita de abuso infantil e negligência em suas futuras carreiras profissionais (IVANOFF e HOTTEL, 2013). Isso pode ser alcançado em parte por oficinas de experiência baseadas em problemas multidisciplinares estudando trabalhos e casos não resolvidos de maus-tratos infantis, bem como simulações clínicas e *role-play* no contexto da aprendizagem experiencial e reflexiva para desenvolver habilidades de entrevista de estudantes de Odontologia com pacientes suspeitos de sofrer abuso (IVANOFF, ANDONOV e HOTTEL, 2023).

Por fim, cabe considerar que, apesar do abuso infantil ser considerado uma questão de saúde pública, ainda assim as autoridades governamentais não adotam medidas eficientes para prevenir as crianças desse mal. Por isso, faz-se necessário garantir ensino e capacitação de qualidade a estudantes de graduação em Odontologia e aos Cirurgiões-Dentistas, através de programas de educação continuada, a fim de aprimorar o conhecimento, as atitudes e a abordagem clínica e psicológica destes profissionais diante de casos concretos ou suspeitos de violência, bem como salientar a obrigatoriedade da notificação compulsória, objetivando a redução de casos de abuso infantil. Isso se aplica em particular aos odontopediatras, uma vez que têm contato com crianças no exercício de sua prática diária. Recomenda-se fortemente, portanto, que o tema do abuso infantil deve ser abordado com mais intensidade em faculdades de Odontologia, publicações e

conferências. Cumpre, então, continuar a investigar as causas do conhecimento limitado e insuficiente sobre o assunto aqui identificado, fortalecer a divulgação de informações e os currículos, bem como adotar iniciativas exitosas na abordagem de tema tão sensível nas faculdades de Odontologia, para que os estudantes e futuros Cirurgiões-Dentistas atuem positivamente sobre este grave problema social e de saúde.

5 CONCLUSÃO

Frente aos estudos revisados na literatura, pôde-se observar que:

- O conhecimento de estudantes de Odontologia sobre o abuso contra crianças e adolescentes ainda é limitado e inadequado.
- Em relação às atitudes, os estudantes de graduação acreditam que faz parte do dever do Cirurgião-Dentista detectar e notificar os casos de abuso infantil durante a prática clínica, porém há dúvidas sobre como e onde reportar os casos identificados.
- Há necessidade de expansão dos conhecimentos dos estudantes de Odontologia, por meio de iniciativas inovadoras de treinamento que propiciem maior conhecimento sobre o assunto, a fim de garantir atitudes adequadas frente aos casos suspeitos ou concretos de maus-tratos infantis para que os futuros profissionais desempenhem seu papel responsável na proteção de crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

AGIRTAN, C.; AKAR, T.; AKBAS, S. et al. Establishment of interdisciplinary child protection teams in Turkey 2002-2006: identifying the strongest link can make a difference! **Child Abuse and Neglect**, v. 33, n. 4, p. 247-255, 2009.

AL-ANI, A. et al. Child physical abuse: knowledge of dental students in Hamburg, Germany. **European Archives of Paediatric Dentistry**, v. 22, p. 1057-1065, 2021.

AL-JUNDI, S. H. S.; ZAWAIDEH, F. I.; AL-RAWI, M. H. Jordanian dental students' knowledge and attitudes in regard to child physical abuse. **Journal of Dental Education**, v. 74, n. 10, p. 1159-1165, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo: Atlas, 1990.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Cadernos de Atenção Básica Nº 8: Violência Intrafamiliar – Orientações para prática em serviço**. 2002. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cd05_19.pdf>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **MAIO LARANJA: Cartilha atualiza dados de abuso sexual contra crianças e adolescentes para fortalecer rede de proteção**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2021/maio/cartilha-atualiza-dados-d-e-abuso-sexual-contra-criancas-e-adolescentes-para-fortalecer-rede-de-protecao>>. Acesso em: 28 de janeiro de 2023.

BUSATO, C. A.; PEREIRA, I. C. R.; GUARÉ, R. O. Maus-tratos infantis na perspectiva de acadêmicos de Odontologia. **Revista da ABENO**, v. 18, n. 1, p. 84-92, 2018.

COSTA, A. P.; TINOCO, R. L. R. Maus-tratos infantis no currículo dos cursos de Odontologia do Rio de Janeiro. **Revista da ABENO**, v. 19, n. 2, p. 54-62, 2019.

DE ABREU, P. T. R. et al. Abuso físico infantil: vivências e atitudes de estudantes de Odontologia. **Revista da ABENO**, v. 17, n. 2, p. 107-119, 2017.

DE SOUSA, G. F. P.; CARVALHO, M. M. P.; GARCIA, A. F. G.; GOMES, M. N. C.; FERREIRA, J. M. S. Conhecimento de acadêmicos em Odontologia sobre maus-tratos infantis. **Revista Metodista**, v. 20, n. 40, p. 101-108, set. 2013.

DUMAN, C. et al. Self-reported knowledge, attitudes, and practice of final-year dental students in relation to child abuse: a multi-centre study. **International Journal of Paediatric Dentistry**, v. 31, n. 6, p. 801-809, 2021.

FISHER-OWENS, S.; LUKEFAHR, J.; TATE, A. Oral and dental aspects of child abuse and neglect. **Pediatrics**, v. 140, n. 2, e20171487, Aug. 2017.

HASHIM, R.; AL-ANI, A. Child physical abuse: assessment of dental students' attitudes and knowledge in United Arab Emirates. **European Archives of Paediatric Dentistry**, v. 14, n. 5, p. 301-305, 2013.

HAZAR BODRURLU, E.; AVŞAR, A.; ARSLAN, S. Assessment of knowledge and attitudes of dental students in regard to child abuse in Turkey. **European Journal of Dental Education**, v. 22, n. 1, p. 40-46, 2018.

IVANOFF, C. S.; HOTTEL, T. L. Comprehensive training in suspected child abuse and neglect for dental students: a hybrid curriculum. **Journal of Dental Education**, v. 77, n. 6, p. 695-705, 2013.

IVANOFF, C. S.; ANDONOV, B.; HOTTEL, T. L. Dental students' knowledge and reporting of child maltreatment: Where are we at today both here and abroad? **European Journal of Dental Education**, v. 27, n. 2, p. 223-233, 2023.

JAHANIMOGHADAM, F. et al. A survey of knowledge, attitude and practice of Iranian dentists and pedodontists in relation to child abuse. **Journal of Dentistry**, v. 18, n. 4, p. 282, 2017.

JESSEE, S. A.; MARTIN, R. E. Child abuse and neglect: assessment of dental students' attitudes and knowledge. **ASDC Journal of Dentistry for Children**, v. 65, n. 1, p. 21-24, 1998.

JORDAN, A. et al. Croatian dental students' educational experiences and knowledge in regard to child abuse and neglect. **Journal of Dental Education**, v. 76, n. 11, p. 1512-1519, 2012.

KURAL, D.; ABBASOGLU, Z.; TANBOGA, I. Awareness and experience regarding child abuse and neglect among dentists in Turkey. **Journal of Clinical Pediatric Dentistry**, v. 44, n. 2, p. 100-106, 2020.

MALHOTRA, S.; ALAM, A.; GUPTA, V. Child abuse and neglect: role of dentist in detection and reporting. **Journal of Education and Ethics in Dentistry**, v. 3, n. 1, p. 2-5, 2013.

MATOS, F. Z. M.; BORGES, A. H.; MAMEDE NETO, I.; REZENDE, C. D.; SILVA, K.; PEDRO, F. L. M. et al. Avaliação do conhecimento dos alunos de graduação em Odontologia x Cirurgiões-Dentistas no diagnóstico de maus-tratos às crianças. **Revista de Odontologia do Brasil Central**, v. 22, n. 63, p.153-157, 2013.

SALAZAR, T. S.; SÁ, M. M.; VELOSO, K. M. M. Nível de conhecimento de profissionais e estudantes de Odontologia sobre abuso infantil: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Odontologia Legal RBOL**, v. 8, n. 2, p. 84-92, 2021.

SHAPIRO, M. C.; ANDERSON, O. R.; LAL, S. Assessment of a novel module for training dental students in child abuse recognition and reporting. **Journal of Dental Education**, v. 78, n. 8, p. 1167-1175, 2014.

SILVA JR., M. F.; PAGEL, M. D.; CAMPOS, D. M. K. S.; MIOTTO, M. H. M. B. Conhecimento de acadêmicos de Odontologia sobre maus-tratos infantis. **Arquivos em Odontologia**, v. 51, n. 3, p. 138-144, jul./set. 2015.

SOUZA, C. E.; RODRIGUES, I. F. M. M.; ZOCRATTO, K. B. F.; OLIVEIRA, C. A. S. Violência infantil e a responsabilidade do profissional Cirurgião-Dentista – revisão de literatura. **Revista Brasileira de Odontologia Legal RBOL**, v. 4, n. 1, p.53-63, 2016.

SULIMANY, A. M. et al. Knowledge levels and educational experiences among dental graduates in Saudi Arabia regarding child abuse and neglect: a national study. **Children**, v. 8, n. 9, p. 724, Aug. 2021.

THOMAS, J. E.; STRAFFON, L.; INGLEHART, M. R. Child abuse and neglect: dental and dental hygiene students' educational experiences and knowledge. **Journal of Dental Education**, v. 70, n. 5, p. 558-565, 2006a.

THOMAS, J. E.; STRAFFON, L.; INGLEHART, M. R. Knowledge and professional experiences concerning child abuse: an analysis of provider and student responses. **Pediatric Dentistry**, v. 28, n. 5, p. 438-444, 2006b.

THOMPSON, L. A. et al. Violence and abuse: core competencies for identification and access to care. **Dental Clinics**, v. 57, n. 2, p. 281-299, 2013.

VALENTE, L. A. et al. Domestic violence against children and adolescents: prevalence of physical injuries in a Southern Brazilian metropolis. **Brazilian Dental Journal**, v. 26, p. 55-60, 2015.

WACHESKI, A.; LOPES, M. G. K.; PAOLA, A. P. B.; VALENÇA, P.; LOSSO, E. M. O conhecimento do aluno de Odontologia sobre maus tratos na infância antes e após o recebimento de uma cartilha informativa. **Odonto**, v. 20, n. 39, p. 7-15, 2012.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Child maltreatment**. Disponível em: <<https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/child-maltreatment>>. Acesso em: 18 de julho de 2023.